



EDITORIAL

Raimunda Nonata do Nascimento Santana (UFMA)¹
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa (UFMA)²

A segurança alimentar e nutricional, ou seja, o acesso regular, permanente e em quantidade suficiente a alimentos de qualidade configura um direito fundamental incontestável, sendo, por conseguinte, um fundamento imperativo para o exercício de quaisquer outros direitos humanos e sociais. Assim sendo, a persistência da insegurança alimentar no século XXI, de modo particular no Brasil, continua a exigir estudos e debates sobre as determinações e contradições que interditam ou facilitam o acesso a alimentação como um direito fundamental inalienável, formalmente resguardado por tratados internacionais e pela ordem constitucional brasileira. A vontade de aprofundar esse debate paradoxal e crucial, avivada pelo chamamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome³, nos levou a opção editorial de construção do Dossiê Temático do número v. 30, n. 1 (jan/jun. 2026) da Revista de Políticas Públicas (RPP), periódico científico do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, sob o tema *SEGURANÇA ALIMENTAR: direito básico, construção jurídica e implicações para as Políticas Públicas*.

Tal opção exigiu da Comissão Editorial da RPP reflexões sobre a alimentação, não como mercadoria regulada pelas forças de mercado, nos termos capitalistas, mas como um direito fundamental inalienável, mas, cuja positivação não impediu que a fome continuasse como uma das expressões mais dramáticas das desigualdades na distribuição de renda e no acesso aos meios de subsistência em várias partes do mundo. O reconhecimento dessa persistência no Brasil, também nos levou ao encontro do luminoso legado do médico e geógrafo Josué de Castro, cuja síntese, contribuição ímpar da sua inteligência, talento, cientificismo e humanismo, tomou forma no livro *Geografia da Fome*, publicado em 1946. A força e atualidade dessa obra é de tal magnitude que

¹ Professora Associada aposentada da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA. Endereço: Cidade Universitária Dom Delgado, Av. dos Portugueses, 1966, Bacanga, São Luís – MA. CEP 65080-805. E-mail: nonatasantana@gmail.com

² Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA. Endereço: Cidade Universitária Dom Delgado, Av. dos Portugueses, 1966, Bacanga, São Luís – MA. CEP 65080-805. E-mail: sousa.salviana@ufma.br

³ A articulação com o MDS com vistas à disseminação do trabalho desenvolvido pelo Governo e ao aprofundamento do debate sobre a questão da Segurança Alimentar, resultou na construção do presente Dossiê Temático e no convite a representantes desse Ministério para elaboração do artigo especial disponível na presente edição da RPP.

muitos, a exemplo de Silva (2010), a consideram o pilar do pensamento social brasileiro sobre segurança alimentar, sobre a dinâmica do poder e as desigualdades alimentares.

De fato, essa obra (Castro, 2022) apresenta elementos extraordinários para interessados/as na produção do conhecimento crítico sobre a fome em todo o mundo e particularizada na sociedade brasileira, dentre os quais relembramos: 1) A desnaturalização da fome. Não estamos, diz Josué de Castro, diante de um castigo climático e sim em face de uma consequência nefasta de desigualdades estruturais, má distribuição de renda e concentração fundiária; 2) A fome como questão política. Porque a fome é uma “criação humana”, é um produto deliberado de arranjos econômicos excludentes, sua erradicação, assevera Josué de Castro, depende de vontade política e intervenção do Estado na economia e na mesa dos cidadãos; 3) A desigualdade regional e urbana como fundamento do “mapa da fome”. Josué de Castro dividiu o território brasileiro em áreas alimentares, classificando três delas como zonas de fome crítica: área Amazônica; zona da Mata Nordestina e Sertão Nordeste. Trata-se da interpretação da territorialidade traduzida numa vasta problemática socioespacial do capitalismo no Brasil. Estamos diante, portanto, não somente de um registro histórico, mas de uma obra que se mantém viva e nos conclama para encarar a total erradicação da fome como um dever ético-político coletivo inadiável.

De fato, a insuficiência alimentar, sobretudo, em sua forma grave, a fome, é consequência de desigualdades históricas, de descompassos do clima, de conflitos globais, mas também de decisões políticas, de gestão pública, sobretudo, de fluxo inadequado de recursos, informações, serviços e materiais nos Estados Nacionais. O problema é tão crucial que seu combate é uma das prioridades da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹.

No caso do Brasil, embora haja produção de alimentos, em larga escala e esforço governamental no sentido de ampliar a cobertura, é importante reconhecer que, no atual contexto histórico, ainda não se consegue assegurar o acesso à alimentação adequada a toda a população. Nesse sentido, a atual Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, alinhada às novas configurações das cidades e à luta dos trabalhadores, reconhece a garantia de acesso a alimentos e o direito humano à alimentação adequada, como seus objetivos centrais. Para tal, vem alargando seu marco analítico que se expressa em quatro pilares: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade. Também antevê ações intersetoriais, atrelando agricultura, saúde, economia e assistência social.

Referenciada na Resolução Nº 17, de 16 de outubro de 2025, da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e publicado em 20 de outubro, instituiu-se o Sistema Integrado de Vigilância do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Nele, é definida a estrutura de governança, os mecanismos operacionais e os métodos de avaliação e

monitoramento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), conforme previsto no Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010.

Para cumprir essas funções, o sistema conta com instrumentos e tecnologias específicas dentre eles: a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), o Indicador de Risco de Insegurança Alimentar Grave Municipal (CadINSAN), a Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA), o Censo Sisan, Sisvan e Vigitel, Mapeamento dos Desertos e Pântanos Alimentares. Mesmo contando com esse conjunto, o campo particular da gestão governamental, no Brasil, encontra obstáculos ao administrar interesses variados e, particularmente, de dois sujeitos sociais que, na maioria das vezes, atuam em campo opostos. De um lado, os grandes produtores rurais interessados em afiançar o processo de acumulação do capital no campo e, de outro, pequenos produtores que, mesmo responsáveis por grande parte da produção e coleta do que é disponibilizado em feiras e supermercados no país, afiançando diversidade de alimentos frescos, necessitam garantir a sobrevivência e, por vezes, sem condições básicas de acesso ao crédito, precisam acessar outras políticas públicas, como as Políticas de Transferência Monetária (PTM).

Buainain (2026) lembra que, em contexto histórico de desigualdade estrutural, o país produz e exporta em escala global, mas ainda não conseguiu, de fato, organizar uma política alimentar e nutricional capaz de articular produção, consumo popular e políticas sociais de longo prazo. Ao tempo em que subsidia desperdícios, continua abandonando os mais pobres, inclusive os pequenos agricultores familiares. Desse modo, em um cenário de desigualdades acumuladas e políticas públicas fragmentadas, a fome continua existindo, mesmo em meio à abundância.

Dessa maneira, na presente edição, 30.1, temos o prazer de apresentar aos leitores, um conjunto de escritos que buscam aprofundar temas relacionados ao campo das políticas públicas e, particularmente, ao Dossiê: “**SEGURANÇA ALIMENTAR: direito social básico, construção jurídica e implicações para as políticas públicas**”. São 26 (vinte e seis) textos, cujos conteúdos são de inteira responsabilidade dos seus autores e autoras, escolhidos por seu mérito, no contexto de outros tantos que também tiveram seu valor reconhecido pelos pareceristas *ad hoc*.

O Dossiê Temático comporta catorze artigos, uma Entrevista e uma Resenha. Inicia, em caráter excepcional, com um texto de autoria coletiva construído, a convite da Comissão Editorial, pelas profissionais do MDS Gisele Ane Bortolini, Cláudia Bocca, Bruna Pitasi Arguelhes, Milena Serenini, Lorrana Nascimento Grimes, Kelliane Fuscaldi e Natália Araújo de Oliveira. Denomina-se **SISTEMAS ALIMENTARES E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS CIDADES: desafios contemporâneos e respostas públicas**. Seguem os textos **A SEGURANÇA ALIMENTAR NO PARÁ: uma análise a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar de Joyce Sampaio Neves**

Fernandes e Liliane Moser; **ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL EM ESCOLAS INDÍGENAS E QUILOMBOS:** abordagem da Catrapovos para nutricionistas do PNAE de Klivia Maria Silva Ribeiro, Geovanna Costa Nascimento Boaventura, Viviane Ferreira dos Santos, Caroline Roberta Freitas Pires e Diego Neves de Sousa; **AMAMENTAÇÃO E INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:** marcas da maternidade em mulheres negras de Elisangela de Jesus Conceição, Jerusa da Mota Santana Oliveira, Cinthia Soares Lisboa e Djanilson Barbosa dos Santos; **CAPRINOCULTURA LEITEIRA E DESAFIOS CLIMÁTICOS NO SEMIÁRIDO:** o papel das políticas públicas na segurança alimentar de Oswaldo Gonçalves Junior e Renê Birochi; **DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O ALCANCE DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MOÇAMBIQUE** de Lucas Atanásio Catsossa; **DIREITO À SEGURANÇA ALIMENTAR E PRÁTICAS TRADICIONAIS:** uma análise na comunidade indígena Xokó, em Porto da Folha/SE de Fran Espinoza, Thyerrí José Cruz Silva e Ana Luiza Dantas Souza; **DO RECONHECIMENTO INTERNACIONAL AO DESMONTE:** os Caminhos Da Política Nacional De Segurança Alimentar E Nutricional No Brasil (2003–2022) de Emilie Faedo Della Giustina e Carolina Alvares Boechat; **FOME, POLÍTICAS DA VIDA E TERRITÓRIO USADO:** a Situação Alimentar em São Luís (MA) de Livia Cangiano Antipon; **MAL-ESTAR BRASILEIRO DA FOME:** sofrimento sociopolítico e uma psicanálise implicada de Julia Louzada de Souza, Miriam Debiux Rosa; **MINERAÇÃO, DESMATAMENTO E INSEGURANÇA ALIMENTAR NOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA:** desafios estruturais e respostas das Políticas Públicas de Douglas Aparecido Bueno, Luana Gathi Ká Sebirop Rodrigues da Silva Gavião e Amauri Napakobá Suruí; **O ESTADO QUE COZINHA A DOR:** fome e desnutrição como tortura alimentar nas prisões fluminenses de Ionara dos Santos Fernandes; **O PROGRAMA NACIONAL DE CANTINA ESCOLAR EM GUINÉ-BISSAU:** desafios contemporâneos em perspectiva de Binto Mane; **O REBOJO DA FOME:** insegurança alimentar e nutricional entre pescadores artesanais da bacia de campos de Mauro Macedo Campos, Vitor Peixoto, Francine Garcia Pinho e Altivo Almeida Cunha. **A Entrevista** feita pela Dra. Maria Tereza Borges Araujo Frota, Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão e Coordenadora da Liga Acadêmica de Nutrição e Políticas Públicas, com a Assistente Social e Secretária Adjunta da Secretaria de Segurança Alimentar, - SASAN/ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social SEDES, Lourvídia Serrão Caldas, denomina-se **DESAFIOS HISTÓRICOS E ESTRUTURAIS PARA O MARANHÃO EM CENÁRIO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR** e a **Resenha** elaborada pelo Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva, Professor titular da Universidade Federal do Maranhão do texto de SHIVA, Vandana. **WHO REALLY FEEDS THE WORLD? – THE FAILURES OF AGRIBUSINESS AND THE PROMISE OF AGROECOLOGY.** Berkeley/California: North Atlantic Books, 2016. Na Seção Temas Livres, considerando a variedade dos recortes temáticos, a diversidade regional, institucional e a

presença internacional das autorias foram selecionados os seguintes artigos: **CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E PRODUÇÃO DE SABERES**: estudo em teses e dissertações da capes (2010–2024 de Gizelya Da Silva Morais, Clareth Reis e Érica Terezinha Almeida; **DA LEI DOS POBRES AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**: permanências e atualizações no discurso da dependência de Rômulo Júnior Cardoso Oliveira; **DA TEORIA À CONSERVAÇÃO**: (in)efetividade das parcerias na requalificação do patrimônio edificado tombado da UFMA de Arkley Marques Bandeira, Vitor Davi Barros de Souza, Conceição de Maria Belfort de Carvalho e Klautenys Dellene Guedes Cutrim; **EDUCAÇÃO, GÊNERO E EMANCIPAÇÃO**: por uma pedagogia feminista anticapitalista no enfrentamento das violências estruturais de Carlos Bauer; **EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO**: comparações entre os percentuais destinados para educação nacional e as amortizações da dívida pública de Francisca Oliveira e Antonia Costa Andrade; **HIDROGÊNIO VERDE E INOVAÇÃO AMBIENTAL**: uma abordagem para orientação de Políticas Públicas de transição energética de Alex Farias e Alexandre D'Avignon; **INDUSTRIALIZAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL**: reflexos da ausência de projetos de desenvolvimento nos países da periferia de Eduardo Mohana Silva Ferreira; **O CAMINHO DAS ROSAS**: migração como estratégia de sobrevivência e empoderamento feminino no BRASIL de Ana Karlany Sena Sasaki e Claudina Dias Silvestre; **PORQUE AINDA, E CADA VEZ MAIS, PRECISAMOS DE PESQUISAS AMBIENTAIS**: revisitando um escrito decenal de *Ivan Fortunato*; **REFORMAS ELEITORAIS INCLUSIVAS EM MOÇAMBIQUE**: o papel e os desafios da sociedade civil de Luís da Silva Simão Bonifácio Luís Cavalo, Maria De Lurdes M.A.M. Cavalo, Yurane Luis Cavalo, Kleisy Loren Cavalo e Ricardo Raboco; **RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE E OS DESAFIOS NA TUTORIA DO SERVIÇO SOCIAL** de Alice Alves Menezes Ponce de Leão; **TRABALHO INTERMITENTE NO BRASIL**: evolução e características de William Sousa Vilanova e Juliano Vargas.

Finalmente, desejamos que os escritos disponibilizados por pesquisadores e pesquisadoras do Brasil e do exterior, na presente edição da RPP, possam adensar reflexões e debates sobre questões afeitas à realidade atual

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

BUAINAIN, Antônio Márcio. Vamos falar sobre segurança alimentar? **Controvérsias**. Jornal da Unicamp (27 maio 26).

CASTRO, Josué de. GEOGRAFIA DA FOME: o dilema brasileiro: pão ou aço. Editora Todavia, São Paulo, 2022.

SILVA, Mercedes de Fátima dos Santos. JOSUÉ DE CASTRO: Pensamento e ação – a gênese do Plano Segurança Alimentar. (**Dissertação**), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPE, 2010.

Notas

¹ A Agenda 2030 é um plano de ação global da ONU, encampado por 193 países em 2015, que visa erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir prosperidade. O plano integra os pilares sociais, econômicos e ambientais do desenvolvimento sustentável através de 17 Objetivos (ODS)